TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S.A.

CNPJ/ME nº 36.699.663/0001-93
NIRE 35.300.550.692

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

1. **DATA, HORA E LOCAL**: No dia 29 (vinte e nove) de abril de 2022, às 10h00, na sede social da **TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S.A.** ("**Companhia**"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Bandeira Paulista, nº 600, conj. 44, Sala 08, Itaim Bibi, CEP 04532-001.

2. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**"), em face da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no livro de presença de acionistas.

3. **PUBLICAÇÃO**: Em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, fica sanada a falta de publicação do aviso e a inobservância dos prazos de que trata o artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do § 4º do referido artigo. As cópias autenticadas do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, que integram o **Anexo I** e **Anexo II** à presente ata, respectivamente, cujas publicações estão dispensadas por força do artigo 294 da Lei das Sociedades por Ações, foram colocadas sobre a mesa diretora dos trabalhos, à disposição dos acionistas.

4. **MESA**: Presidente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; Secretário: Lucas Bublitz Machado

5. **ORDEM DO DIA**:

5.1. Deliberar acerca das seguintes matérias:

(i) do Relatório da Administração, do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) da destinação do lucro líquido do exercício e a forma de distribuição de dividendos.

6. **DELIBERAÇÕES**:

6.1. Os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, após exame e discussão, deliberaram aprovar, sem ressalvas:

(i) o Relatório da Administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e

(ii) em face do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, no montante de R$0,00 (zero reais), não destinar valores à constituição de reserva de contingências

7. ENCERRAMENTO:

7.1. Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pelos membros da Mesa e pelos acionistas presentes à Assembleia. Mesa: Presidente: Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa; Secretário: Lucas Bublitz Machado. Acionistas: Travessia Assessoria Financeira Ltda. (representada por Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa) e Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa. Certifico que a presente confere com o original lavrado no livro próprio.

São Paulo, 29 de abril de 2022.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa
Presidente

Lucas Bublitz Machado
Secretário

TRAVESSIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS VIII S.A.

CNPJ/ME nº 36.699.663/0001-93
NIRE 35.300.550.692

LISTA DE PRESENÇA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2022

Acionistas:

TRAVESSIA ASSESSORIA FINANCEIRA LTDA.
por Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

VINICIUS BERNARDES BASILE SILVEIRA STOPA

ANEXO I

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO PERÍODO

A administração da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. ("**Companhia**") apresenta o Relatório da Administração em conjunto com as anexas demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes da Companhia, referentes ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021. O Relatório da Administração deve ser lido em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas Notas Explicativas.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia tem por objeto social: (i) a aquisição e securitização de créditos, desde que enquadrados no artigo 1º da Resolução 2.686 ("**Créditos Financeiros**"); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites a legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia foi constituída em 27 de fevereiro de 2020, por meio de sua Assembleia Geral de Constituição.

Em 27 de março de 2020, a companhia realizou a sua primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R$332.000.000,00 (trezentos e trinta e dois milhões de reais).

Em 25 de junho de 2020, a companhia realizou a sua segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais).

3. OUTRAS INFORMAÇÕES

Tendo em vista o seu enquadramento no artigo 294 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deixa de publicar os documentos de que tratam a Ordem do Dia da presente Ata, incluindo este relatório, a cópia das demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes, bem como demais documentos pertinentes.

A Administração

ANEXO II

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

Demonstrações Financeiras
Período de 27 de fevereiro de 2020 (data constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020
Com relatório de revisão dos auditores independentes

FRM/DA/TP
340/2021

bakertilly

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

Demonstrações financeiras

Período de 27 de fevereiro de 2020 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 6
Demonstração do resultado 8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstração dos fluxos de caixa 10
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras 11

bakertilly

Rua Castilho, 392 - 4º Andar
Brooklin - São Paulo - SP
CEP 04568-010
São Paulo - Brasil
T: +5511 5102-2510

www.bakertillybr.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, e suas respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 27 de fevereiro de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 27 de fevereiro de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.3, em 30 de março de 2021 emitimos o relatório de auditoria da **Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A** referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 contendo ressalva relativo ao reconhecimento de valor justo da carteira e um prêmio a pagar aos debenturistas, ambos indevidamente. Devido ao referido fato, a administração da Companhia, optou por regularizar e reapresentar as referidas demonstrações financeiras. Consequentemente, nosso relatório de auditoria considera essas as regularizações efetuadas e substitui o relatório anteriormente emitido. Nossa Opinião não está modificada a cerca deste assunto.

Realização dos direitos creditórios

Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de Instituições Financeiras e/ou Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC) originados de operação de créditos inadimplidos. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo montava-se em R$ 344.641 mil e devido à natureza desses direitos creditórios, os valores quando efetivamente realizados poderão ser diferentes dos constantes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Nossa Opinião não está ressalvada a cerca deste assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de abril de 2022.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo
Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Baker Tilly 4 Partners atuando como Baker Tilly é membro da rede global da Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2020
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	3	34.317
Carteira de Créditos	4	344.641
Impostos a recuperar		30
Outros Ativos	5	22.420
Total do ativo circulante		401.408
Total do ativo		401.408

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

Balanço patrimonial
em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2020
Passivo circulante		
Fornecedores	6	1.272
Obrigações tributárias	7	729
Debêntures	8.2	399.300
Total do passivo circulante		401.301
Passivo não circulante		
Prêmios a pagar	8.3	106
Total do passivo não circulante		106
Patrimônio líquido		
Capital social	9.1	1
Total do patrimônio líquido		1
Total do passivo e patrimônio líquido		401.408

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

Demonstração do resultado para o Período de 27 de fevereiro de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	De 27/02/2020 a 31/12/2020
Receita líquida	11	30.262
Custo dos serviços prestados	12	(32.759)
Lucro bruto		(2.497)
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	13	(755)
Despesas Tributárias	14	(1.123)
		(1.878)
Resultado operacional		(4.375)
Receitas financeiras	15.1	4.672
Despesas financeiras	15.2	(297)
Resultado financeiro		4.375
(=) Resultado antes das provisões tributárias		(2.497)
Resultado do período		-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o Período de 27 de fevereiro de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Integralização de capital	9.1	1	-	1
Resultado do período	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezmbro de 2020		1	-	1

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A.

Demonstração do fluxos de caixa para o Período de 27 de fevereiro de 2020 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em milhares de Reais)

	De 27/02/2020 a 31/12/2020
Atividades operacionais	
Resultado do período	-
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	
Prêmio das debêntures	106
Aumento/(redução) no ativo:	
Direitos realizáveis	(344.640)
Impostos a recuperar	(30)
Estoque	(22.420)
Aumento/(redução) no passivo:	
Obrigações tributárias	729
Fornecedores	1.272
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(364.983)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	
Integralização de capital	1
Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimentos	1
Das atividades de financiamento	
Debentures	399.299
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	399.299
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	34.317
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	34.317
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	34.317

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27 de fevereiro de 2020.

O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, e pelas demais entidades pertencentes ao seu conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução do CMN nº 2.686/00, (ii) a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia foi constituída para adquirir e securitizar créditos financeiros inadimplentes oriundos de intuições Financeiras e/ou de Fundos de Investimentos em Direitos e Creditórios (FIDC), que se encontram em processo de cobrança judicial.

Em 28 de março de 2020, a Companhia formalizou um instrumento jurídico para aquisição destes créditos financeiros, emitindo e integralizando 332.000 (trezentos e trinta e duas mil) quantidades de debêntures, no montante de R$ 332.000 (trezentos e trinta e dois milhões de reais).

Em 30 de junho de 2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

No âmbito da 2ª Emissão, foram emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures, no montante total de R$ 500.000 (quinhentos milhões de reais).

O valor Nominal das Debentures, das duas emissões, não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus ao um prêmio de performance, avaliado por um comitê de gestão.

1.1 Impactos do COVID-19

Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das informações contábeis intermediárias. Ainda sob os possíveis efeitos da redução ao valor recuperável nas informações contábeis intermediárias, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização.

Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas informações contábeis intermediárias.

A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas informações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 08 de abril de 2022.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações contábeis são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Reapresentação das demonstrações financeiras

Para melhor apresentação das demonstrações financeiras referente ao exercício de 31 de dezembro de 2020, as quais foram originalmente emitidas em 30 de março de 2021, contendo ressalva relativa ao reconhecimento de valor justo da carteira e prêmio a pagar aos debenturistas e atendendo aos requisitos do pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de erro, a administração decidiu reapresentar as demonstrações financeiras após alteração na metodologia de cálculo no reconhecimento do ganho da carteira de direitos creditórios. Os efeitos dessas correções no balanço e demonstração do resultado estão demonstrados a seguir e relacionados conforme descrito nas notas explicativas nº 4.b,5,7, 8.2, 8.3,11, 12, 13, 14 e 15.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.3. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

Balanço patrimonial:

Descrição	Saldo original	Ajustes	Saldo reapresentado
Ativo circulante			
Carteira de Créditos (a)	423.691	(79.050)	344.641
Outros ativos (b)	-	22.420	22.420
Total do ativo	**458.038**	**(56.630)**	**401.408**
Passivo circulante			
Obrigações tributárias (c)	509	220	729
Debêntures (d)	423.441	(24.141)	399.300
Total do passivo circulante	**425.222**	**(23.921)**	**401.301**
Passivo não circulante			
Prêmios a pagar (e)	32.815	(32.709)	106
Total do passivo não circulante	**32.815**	**(32.709)**	**106**
Total do passivo e patrimônio líquido	458.038	(56.630)	401.408

Demonstração do resultado:

Descrição	Saldo original	Ajustes	Saldo reapresentado
Demonstração do resultado do exercício			
Receita líquida (f)	8.062	22.200	30.262
Custo dos serviços prestados (g)	(18.781)	(13.978)	(32.759)
Despesas gerais e administrativas (h)	(1.070)	315	(755)
Despesas Tributárias (c)	(1.631)	508	(1.123)
Receitas financeiras (j)	70.673	(66.001)	4.672
Despesas financeiras (e)	(57.253)	56.956	(297)
Resultado do período	-	-	-

Demonstração do fluxo de caixa

Descrição	Saldo original	Ajustes	Saldo reapresentado
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:			
Ajuste de marcação ao mercado	(59.858)	59.858	-
Prêmio das debêntures	32.816	(32.710)	106
Aumento/(redução) no ativo:			
Direitos realizáveis	(363.833)	19.193	(344.640)
Impostos a recuperar	(30)	-	(30)
Estoques	-	(22.420)	(22.420)
Aumento/(redução) no passivo:			
Obrigações tributárias	509	220	729
Fornecedores	1.272	-	1.272
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	**(389.124)**	**24.141**	**(364.983)**
Das atividades de financiamento			
Debentures	423.440	(24.141)	399.299
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento	**423.440**	**(24.141)**	**399.299**

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.3. Reapresentação das demonstrações financeiras--Continuação

(a) Mudança de critério de apuração dos ganhos e perdas da carteira para serem reconhecidos de acordo com a realização;

(b) Reconhecimento de dação em pagamento de 3 imóveis, matrícula 32730 localizada em Barueri - SP no valor de R$ 300, matrícula 38506 localizada em Barueri - SP no valor de R$ 650 e matrícula 76450 localizada em Campinas - SP no valor de R$ 21.470 totalizando R$ 22.420;

(c) Devido a mudança de critério de apuração de ganhos e perdas da carteira, os impostos foram recalculados;

(d) Correção de critério da remuneração das Debentures de juros para prêmio, conforme previsão contratual;

(e) Devido a mudança de critério de apuração de ganhos e perdas da carteira, os valores de prêmios aos debenturistas foram recalculados;

(f) Aumento da receita refere-se ao recebimento em dação em pagamento de 3 imóveis, matrícula 32730 localizada em Barueri - SP no valor de R$ 300, matrícula 38506 localizada em Barueri - SP no valor de R$ 650 e matrícula 76450 localizada em Campinas - SP no valor de R$ 21.470, menos as obrigações tributárias no montante de R$ 220, totalizando R$ 22.200;

(g) Aumento do custo referem-se aos recebimentos em dação em pagamento de 3 imóveis, matrícula 32730 localizada em Barueri - SP no valor de R$ 212, matrícula 38506 localizada em Barueri - SP no valor de R$ 459 e matrícula 76450 localizada em Campinas - SP no valor de R$ 8.351, prêmios recalculados no valor de R$ 4.134 e outros custos realocados no valor de R$ 822 totalizando R$ 13.978;

(h) Reclassificação de despesas administrativas anteriormente registradas no custo;

(j) Mudança de critério de apuração dos ganhos e perdas da carteira para serem reconhecidos pela sua realização "recebimento de carteira versus baixa do custo da carteira".

2.4. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.5. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente quando houver perspectiva consistente de sua realização.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

(i) Custo amortizado;
(ii) Valor justo por meio do resultado e
(iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.8. Instrumentos financeiros--Continuação

2.8.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.8.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.8.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.8.4. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como circulantes ou Não Circulantes.	01/01/2023
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual.	01/01/2022
Alterações à IAS 16	Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido.	01/01/2022
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato.	01/01/2022

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2020
Caixa e bancos conta movimento	51
Aplicações financeiras (i)	34.266
Total	**34.317**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e/ou compromissadas, e são remuneradas a uma taxa média mensal de 100% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios

a) Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de Instituições Financeiras e/ou Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), cedidos para a Companhia por meio do Contrato/Termos de Cessão.

Os recursos oriundos da Emissão serão destinados para aquisição de Créditos Financeiros originados de operação de créditos inadimplidos adquiridos e/ou renegociados.

b) Composição dos recebíveis - Reapresentação

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo a seguir representa:

Descrição	31/12/2020
Carteira de crédito	344.641
Total	**344.641**

c) Aval

Os Direitos Creditórios foram cedidos sem coobrigação para Companhia, portanto não contam com Aval ou fiança.

d) Cessão fiduciária dos recebíveis

A Companhia vinculou os direitos creditórios ao pagamento das debentures, cedendo ao Agente Fiduciário, todos os direitos e obrigações presentes e futuras dos créditos, desde o início da operação. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve qualquer evento de pré-pagamento.

e) Regime fiduciário

Foi instaurado o regime fiduciário nos termos dos artigos 9º a 15º da Lei nº 9.514/97.

f) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

Não se aplica. Por se tratar de uma operação cujo lastro é NPL, os créditos já se encontram inadimplidos e em processo de cobrança/ judicial.

g) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Os eventos de pré-pagamento podem ocorrer por antecipação de valores pelos devedores da operação ou por gatilhos de amortização estabelecidos na Escritura de Emissão.

4. Direitos creditórios sem aquisição substancial de riscos e /ou benefícios--Continuação

h) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

Incluindo, a metodologia adotada pela emissora para a definição dessa avaliação, os valores dos direitos creditórios adquiridos com ou sem retenção substancial de riscos e, para os direitos creditórios adquiridos sem retenção substancial de riscos, a segregação dos valores por entidade que reteve substancialmente os riscos e benefícios;

- Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios São aquelas em que a operação adquire substancialmente todos os riscos de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, enseja a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão incondicional de direito creditório incluindo o direito de vendê-lo pelo valor justo, em sua totalidade, de forma autônoma e sem imposição de restrições adicionais à operação de venda; e Cessão de direito creditório em conjunto com opção de revenda pelo valor justo no momento da revenda.

- Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios, aquelas em que a operação não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação e que, como consequência, não ensejam a baixa do direito creditório nos registros contábeis do cedente.

Cessão de direito creditório em conjunto com compromisso de revenda do mesmo ativo a preço fixo ou preço de compra adicionado de qualquer rendimento.

i) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira liquida), e pelos valores líquidos das debentures e outras obrigações existentes nesta transação.

5. Outros ativos – reapresentação

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2020, a companhia adquiriu imóveis e baixou parte do saldo de carteira por meio de dação em pagamento no valor de R$ 22.420.

6. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, referem-se aos montantes a pagar para os prestadores de serviços e consultoria no montante de R$ 1.272.

7. Obrigações tributárias - Reapresentação

Descrição	31/12/2020
PIS/COFINS	613
IRRF/PIS/COFINS/CSLL	116
Total	**729**

8. Debêntures – Reapresentação

8.1. Condições da escritura

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de 832 (oitocentos e trinta e dois milhões de reais) com a integralização de 832.000 (oitocentas e trinta e duas mil) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo:

(i) A 1ª Emissão será composta por 332.000 (trezentos e trinta e duas mil) Debêntures;
(ii) A 2ª Emissão será composta por 500.000 (quinhentas mil) Debêntures.

a) Remuneração

O valor Nominal das Debentures não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus ao um prêmio de performance que será avaliado por comitê de gestão.

A liquidação dos juros e principal ocorre somente no vencimento, após um período de carência de 120 meses, contados da de emissão das respectivas emissões.

b) Risco de crédito - Reapresentação

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos de juros e amortização das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos diretos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa - Reapresentação

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

8. Debêntures – Reapresentação--Continuação

8.1. Condições da escritura--Continuação

d) Dação em pagamento

Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Vortx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora, que poderá incluir entre outras medidas (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros.

8.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2020
Emissão 1ª	332.000
Emissão 2ª	67.300
Total	**399.300**

8.3. Prêmios a pagar com debêntures

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de prêmios a pagar com debentures, serão pagos aos debenturistas de acordo com o recálculo mensal do total do ativo da companhia subtraídos dos valores líquidos das debentures e outras obrigações no montante de R$ 106.

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital Social

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora de Créditos Financeiros VIII S.A., em 31 de dezembro de 2020, é de R$ 1, divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 12 de março de 2020 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas.

9.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

9. Patrimônio líquido

9.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

10. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2020 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

11. Receita líquida - Reapresentação

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

Descrição	De 27/02/2020 a 31/12/2020
Serviços prestados	30.875
PIS, COFINS	(613)
Total	**30.262**

12. Custos dos serviços prestados - Reapresentação

Descrição	De 27/02/2020 a 31/12/2020
Custo dos serviços prestados	(19.192)
Consultoria	(5.895)
Prêmios a pagar	(4.134)
Honorários advocatícios	(2.598)
Gestão de carteiras	(388)
Outras taxas de contribuições e Impostos	(239)
Taxas CVM	(86)
Custo CETIP	(78)
Serviços de engenharia	(51)
Agente fiduciário	(38)
Escrituração de debêntures	(22)
Avaliação	(20)
Perícia	(14)
Cobrança de carteira	(4)
Total	**(32.759)**

13. Despesas gerais e administrativas - Reapresentação

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	De 27/02/2020 a 31/12/2020
Cartório	(498)
Consultoria e auditoria	(101)
Assessoria administrativa	(89)
Publicidade e propaganda	(25)
Combustíveis e lubrificantes	(18)
Serviços prestados PF	(12)
Serviços pessoa Jurídica	(4)
Mensageiros	(4)
Outras despesas administração	(3)
Correios	(1)
Total	**(755)**

14. Despesas tributárias - Reapresentação

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	De 27/02/2020 a 31/12/2020
Tributos Municipais	(745)
Outras Taxas Contribuições e Impostos	(246)
Tributos Federais	(132)
Total	**(1.123)**

15. Receitas e despesas financeiras - Reapresentação

No exercício de 31 dezembro de 2020 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

15.1. Receitas financeiras

Descrição	De 27/02/2020 a 31/12/2020
Remuneração dos debenturistas	4.027
Rendimento de aplicações financeiras	645
Total	**4.672**

15.2. Despesas financeiras

Descrição	De 27/02/2020 a 31/12/2020
Outras despesas financeiras	(297)
Total	**(297)**

16. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

17. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.